

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: "A Venezuela é território americano".....	2
Título: Criminosos derrubam torre de energia no Ceará	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Criminosos derrubam torre de transmissão no Ceará.....	4
Título: Dias Toffoli derruba decisão que afetava venda de ativos de estatal	5
Título: Conselho da Petrobras entra na mira do governo.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: » Eletrobras.....	6
Título: O mundo não começou agora	7
Título: Toffoli derruba decisão sobre Petrobrás	9
Título: Rotina de medo marca início do ano em Fortaleza	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Traficantes causam apagão.....	12
Título: Petrobras livre para vender ativos.....	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: "A Venezuela é território americano"**

Veja como também os interesses econômicos dos EUA em relação à Venezuela, hoje padecendo da ditadura Maduro, tem antecedentes. Acaba de sair uma biografia de Sergio Quintella, destacado empresário carioca e vice-presidente da FGV. Ele conta a história da construção, nos anos 1970, da Hidrelétrica de Guri (foto), a terceira maior do mundo e que fornece até hoje energia para Roraima. A construção tinha sido prometida pelo presidente Carlos Andrés Pérez para a Camargo Corrêa. Mas Quintella ouviu da boca do então presidente da Morrison Knudsen (MK), ao saber do interesse da empreiteira brasileira: "A Venezuela é território americano". Na época, nos EUA, a Venezuela, pelo seu petróleo, era como se fosse um segundo Texas, o estado americano. A MK ficou com a obra principal e a Camargo, com prejuízo.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/01/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Criminosos derrubam torre de energia no Ceará**

Onda de violência completa 11 dias; em Fortaleza, toneladas de explosivos foram apreendidos e três suspeitos vão para a prisão após atacarem uma concessionária de veículos; Bolsonaro quer tipificar atos como terrorismo

A onda de violência no Ceará completou seu 11º dia ontem com um ataque a uma torre de transmissão de energia e a uma concessionária de veículos. De acordo com a Polícia Militar, criminosos explodiram, na madrugada, parte da base da torre de transmissão em uma área rural do município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.

De acordo com relatos de moradores, o ataque causou instabilidade no fornecimento de energia elétrica em bairros da capital e de cidades da região metropolitana. Em nota, o **Ministério de Minas e energia (MME)**, porém, afirmou que a queda da torre "não causou interrupção no fornecimento de energia" na região. Segundo a pasta, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) acionou uma usina térmica emergencialmente para garantir o fornecimento de eletricidade.

A explosão ocorreu a três quilômetros da subestação que atende Fortaleza, interrompendo parcialmente o tráfego na BR-020 (que liga a Brasília). A PM, que recebe apoio da Força Nacional, usou um helicóptero na busca por suspeitos e para prevenir novos ataques.

Pela manhã, em outro ataque, criminosos explodiram uma bomba em uma concessionária de veículos, em Fortaleza. Segundo informações da polícia, o ataque aconteceu por volta das 5h e atingiu parte da estrutura do estabelecimento, além de veículos que estavam no local. Não há registro de feridos. Três suspeitos de explodirem a loja foram presos. De acordo com o secretário da Segurança do Ceará, André Costa, dois homens foram baleados durante troca de tiros com policiais.

JÁ SÃO 335 PRESOS

A Polícia Civil também apreendeu ontem toneladas de explosivos que seriam utilizados em ataques no estado. Cinco suspeitos, todos membros de uma facção criminosa, foram presos no local onde o material foi achado, na periferia de Fortaleza. Com as novas prisões, já chega a 335 o total de detidos por suspeita de envolvimento na sequência de crimes. De acordo com o Ministério da Justiça, 35 integrantes de facções criminosas foram transferidos para presídios federais.

Ao comentar a escalada da violência no Ceará, o presidente Jair Bolsonaro defendeu ontem um projeto que tipifica como terrorismo atos de depredação de bens públicos. Segundo ele, o criminoso que hoje age no estado nordestino migrará sua atuação para outras unidades da federação. Bolsonaro escreveu que os criminosos que atuam no Ceará não estão interessados no partido que o comanda.

"Ao criminoso não interessa o partido desse ou daquele governador. Hoje ele age no Ceará, amanhã em SP, RS ou GO. Suas ações, como incendiar, explodir, ... bens públicos ou privados, devem ser tipificados como terrorismo". O presidente ainda elogiou o projeto de autoria do senador Lasier Martins (PSD-RS) que trata da tipificação do terrorismo. "É louvável", disse Bolsonaro.

Em outra mensagem, o presidente fez uma relação entre facções criminosas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Ao dizer que o MST no Pará ameaçava "tocar fogo", caso houvesse reintegração de posse de determinadas áreas, Bolsonaro escreveu: "Constatei que algumas torres de transmissão de energia, no estado do Pará, continham em média 200 pneus. O MST ameaçava tocar fogo caso fizessem reintegração de posse naquelas áreas. PCC, CV, caso se unam ao MST, MTST, ??????". (Com informações do G1)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/01/2019****Seção: Cotidiano****Autor: João Pedro Pitombo****Título: Criminosos derrubam torre de transmissão no Ceará**

Salvador- Criminosos derrubaram, com explosivos, uma torre de transmissão de energia em Maracanaú, cidade da Grande Fortaleza, neste sábado (12), em mais uma madrugada de ataques no Ceará.

Este é o 11o. dia seguido de ataques no estado. Já foram registradas 194 ocorrências desde o início do ano.

A Enel Distribuição Ceará afirmou que a queda da torre de 500 I Uma rodovia teve que ser bloqueada temporariamente por causa do perigo gerado pelos fios de alta tensão.

Na manhã deste sábado (12), os bandidos provocaram também uma explosão em uma concessionária de automóveis em Fortaleza. O ataque não deixou feridos.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, um suspeito foi preso perto do estabelecimento comercial, após perseguição policial. Ele foi autuado em flagrante pelos crimes de dano, explosão, receptação, porte ilegal de arma de uso restrito e por integrar organização criminosa.

As forças de segurança buscam outros suspeitos envolvidos na explosão e na queda da torre.

Em nota, o **Ministério de Minas e energia** informa que recebeu do Operador Nacional de Sistema o registro do desligamento automático da linha de transmissão que liga Fortaleza ao Porto de Pecém devido à queda da torre.

Segundo a pasta, a perda da linha de transmissão não causou interrupção no fornecimento de energia ou desligamento no abastecimento.

Na manhã de sábado (12), o presidente Jair Bolsonaro (PSL) defendeu em rede social que ações como incendiar e explodir bens públicos ou privados sejam tipificados como terrorismo, citando um projeto de lei do senador Lasier Martins (PSD-RS).

Até a quinta-feira (10), 277 pessoas haviam sido presas por relação com os atentados.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/01/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Dias Toffoli derruba decisão que afetava venda de ativos de estatal**

Brasília- O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, derrubou decisão provisória do ministro Marco Aurélio que prejudicava a venda de ativos da Petrobras.

Em dezembro, Marco Aurélio tinha suspenso por liminar os efeitos do decreto, editado em abril por Temer.

O objetivo da medida do ex-presidente era garantir a segurança jurídica ao programa de desestatização de ativos da Petrobras. E permitir, por exemplo, a venda fatias de campos sem licitação.

O PT entrou com uma ação na qual alegava que o plano de desinvestimentos da empresa era danoso ao interesse nacional. Ela foi aceita por Marco Aurélio.

A AGU (Advocacia-Geral da União) recorreu da decisão.

Toffoli acatou na sexta-feira (11) o pedido da AGU e suspendeu liminarmente a decisão, citando "iminente ameaça de violação à ordem pública, no caso, o risco de gravíssimo comprometimento das atividades do setor de petróleo no país".

O STF deve analisar em fevereiro se o decreto é ou não constitucional.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Conselho da Petrobras entra na mira do governo**

RIO DE JANEIRO- Após conduzir as mudanças na diretoria da Petrobras, o governo Jair Bolsonaro trabalha agora para tentar renovar parte do conselho de administração da companhia, cujos representantes foram eleitos em 2018 para mandatos de dois anos.

Duas vagas já estão abertas após renúncias anunciadas, mas o objetivo é conseguir mais assentos. A informação foi antecipada pelo jornal Valor Econômico.

Responsável por aprovar decisões estratégicas e fiscalizar a gestão da companhia, o conselho da Petrobras tem 11 cadeiras, uma delas ocupada pelo presidente da empresa, Roberto Castello Branco.

O órgão foi totalmente remodelado no início do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que substituiu ministros e outros representantes do governo por nomes reconhecidos pelo mercado, como o próprio Castello Branco.

A maior parte da composição atual foi eleita em assembleia de acionistas em abril de 2018 e, portanto, poderia ficar na estatal até 2020.

O governo, porém, já avisou que quer que alguns deles renunciem — o último presidente do colegiado, Luiz Nelson Guedes Carvalho, e o advogado Francisco Petros já o fizeram no início deste ano.

O alvo principal agora seria o engenheiro naval Segen Estefen, professor da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), nomeado ainda no governo Dilma.

O objetivo é indicar executivos mais alinhados com a gestão atual, que fala em acelerar vendas de ativos.

Além de Estefen, os representantes da União no conselho atualmente são Jerônimo Antunes (presidente interino desde a renúncia de Carvalho), Ana Lúcia Poças Zambelli, Clarissa de Araújo Lins e Castello Branco.

Outros dois são indicados por minoritários e um terceiro, pelos trabalhadores.

A Petrobras ainda não comentou o assunto.

A nova gestão da Petrobras já concluiu o processo de renovação da diretoria, com a substituição de quatro dos sete diretores.

Dos destituídos, três — Solange Guedes, Hugo Repsold e Jorge Celestino — eram remanescentes do governo Dilma. O quarto, Nelson Silva, havia sido nomeado no governo Michel Temer (MDB).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Luana Pavani

Título: » Eletrobras.

Alto Escalão

O diretor financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras, Armando Casado de Araujo, renunciou. O presidente Wilson Ferreira Junior (foto) acumula as funções.

» Copel. Daniel Slaviero (ex- SBT) é o novo diretor presidente da Copel.

» Electra. Edvaldo Santana, ex-Abrace, será vice-presidente de estratégia e novos negócios da Electra Energy.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/01/2019

Seção: Colunas

Autor: José Roberto Mendonça de Barros

Título: O mundo não começou agora

A última eleição trouxe, realmente, uma novidade: o presidente Bolsonaro ganhou legitimamente o pleito com uma proposta que se coloca claramente à direita do espectro político, em contraste com o passado recente, como, aliás, está ocorrendo em muitos lugares do mundo.

Sua coligação é complexa, pois abarca vários grupos bem distintos, cada um referenciado a uma recorrente frustração, que compõe o mosaico da crise atual: o cansaço com a corrupção e o desgoverno (muito visível no plano dos Estados, como descobriram muitos dos novos governadores, por exemplo), a violência generalizada e o crescimento do crime organizado, a voracidade tributária e o baixo nível dos serviços públicos e a excessiva ingerência governamental na vida do cidadão, entre outras questões.

Tudo foi muito bem percebido e melhor ainda colocado por alguém que se posicionou como "novo", embora participe da vida política há quase 30 anos. De novo realmente o que tivemos foi a competente utilização da comunicação pelas redes sociais.

Esta novidade política tem um grande desafio organizacional, pois será necessário estabelecer um convívio e, idealmente, alguma organicidade entre temas bem distintos, agrupados em três grandes campos: economia (liberal, num país de arraigado patrimonialismo e tradição de décadas de detalhada regulação pública, que afeta a vida do cidadão), governança pública (controle da violência e da corrupção) e um conjunto de coisas associadas a "valores familiares, tradicionais, conservadores e nacionalistas".

Só o futuro vai dizer se esta "geringonça" (como foi apelidado o governo do primeiro-ministro Antonio Costa) será do tipo português, que está dando certo na terrinha ou uma coisa mais para confusão, como o despreparo de muitos transformou os primeiros dez dias de governo.

Existe, entretanto, algo que pode levar o governo para a frente: a retomada do investimento privado e do crescimento econômico. Ora, as circunstâncias e a crise recente criaram uma oportunidade única, que pode facilitar a nova gestão. O debate dos últimos tempos gerou uma quase unanimidade da opinião pública em torno de duas coisas: – não há como empurrar mais o enfrentamento da crise fiscal, sob pena de ocorrer um desastre sem precedentes. – este enfrentamento tem como ponto de partida a aprovação de uma reforma da Previdência de certa abrangência. Mais ainda, dois ou três projetos de excelente qualidade estão disponíveis e já passaram por um intenso escrutínio técnico, de sorte que a equipe econômica pode apresentar o projeto que lhe aprover antes de março.

Tudo passa a depender, então, da aprovação pelo Congresso, que nunca é simples, mas é possível. A experiência mostra que um presidente recém-eleito, desde que focado num projeto principal, consegue sucesso. Se tiver uma pauta dispersa, o sucesso fica muito mais difícil. Assim, se a reforma da Previdência for aprovada neste ano, a porta estará aberta para a retomada do crescimento. Isto, apenas, não resolve o sucesso da gestão, mas é certo que as outras reformas e ações podem, então, ser tocadas com mais tranquilidade.

Olhado desta forma, fica claro que a agenda de hoje não é uma invenção recente. Ela é o resultado de uma crise profunda, dos avanços do governo Temer, da inflação ancorada, da folga no setor externo, de juros historicamente baixos e da evolução de um grande debate nacional. O País não começou agora, ao contrário do que boa parte do discurso oficial procura mostrar.

* * * * *

A necessidade das privatizações, é, talvez, o maior exemplo do que foi colocado acima. Estas começaram no governo Itamar Franco, há um bocado de tempo. Entre os muitos casos relevantes, chamo a atenção para a venda da CSN e de outros ativos do setor siderúrgico. Em 1997 foi vendida a Vale do Rio Doce. A gigantesca criação de valor nos anos 2000 mostrou tudo o que o País tinha a ganhar com sua privatização.

Em 1998 a menor das subsidiárias da Eletrobrás, a Gerasul, foi leiloada e se transformou no que é hoje, a Engie, que por muito tempo foi mais valiosa que a gigante estatal e, finalmente, o conhecido caso da Telebrás que detonou a

conhecida revolução das comunicações. A feroz resistência às vendas foi provavelmente maior do que veremos neste ano.

De qualquer forma, a venda da Eletrobrás e as concessões na área de logística serão fundamentais para elevar o investimento na infraestrutura, com reflexos no avanço do PIB. De fato, o mundo não começou agora.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/01/2019

Seção: Economia

Autor: Rafael Moraes Moura / BRASÍLIA

Título: Toffoli derruba decisão sobre Petrobrás

Presidente do STF suspendeu determinação do ministro Marco Aurélio Mello que dificultava programa de venda de ativos da petroleira

Em uma vitória para a Petrobrás, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, decidiu derrubar a decisão do ministro Marco Aurélio Mello que, na prática, comprometia a venda de ativos pela petroleira. Com a decisão de Toffoli, volta a entrar em vigor o decreto 9.355 de 2018, que permite que a estatal venda, por exemplo, blocos de petróleo para outras empresas sem necessidade de fazer licitação.

Em sua decisão, Toffoli destacou um "gravíssimo comprometimento" das atividades do setor do petróleo com a manutenção da determinação de Marco Aurélio, que havia suspenso o decreto sobre a Petrobrás em decisão monocrática (individual) no dia 19 de dezembro do ano passado.

Esta é a terceira vez nos últimos 30 dias em que Toffoli derruba uma decisão de Marco Aurélio. Antes, o presidente do Supremo Tribunal Federal havia suspenso a decisão do ministro que vedava a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância – o que poderia abrir caminho para a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso e condenado no âmbito da Operação Lava Jato. Toffoli também determinou que a votação para a eleição do novo presidente do Senado seja fechada, e não aberta, como havia decidido Marco Aurélio.

Decreto. A decisão de Toffoli que restaura a vigência do decreto sobre a Petrobrás vale até o dia 27 de fevereiro, quando o plenário do Supremo vai analisar uma ação do Partido dos Trabalhadores (PT) que contesta a medida. Na ocasião, os ministros do tribunal vão decidir se confirmam ou não a validade do decreto.

"A decisão monocrática que suspendeu os efeitos do decreto nº 9.355, de 25 de abril de 2018, inibe a formação de eventuais joint ventures (modelo estratégico de parceria comercial), uma vez que os agentes econômicos não se submeterão às externalidades negativas decorrentes das delongas próprias dos procedimentos mais rígidos e solenes de contratação, em marcante descompasso com a dinâmica e complexa realidade do mercado internacional do petróleo", observou o presidente do Supremo Tribunal Federal em sua decisão, assinada na última sexta-feira.

Para Toffoli, a atuação em parcerias permite "que a empresa estatal exerça o papel de operadora de consórcios de exploração e produção nos contratos a serem celebrados, assim como nas avenças em vigência, podendo, nessa condição, entre outras vantagens competitivas, desenvolver expertise e assumir a condução de investimentos de elevada envergadura no setor petrolífero, exercendo a prerrogativa de ditar a forma e o momento de aplicação de recursos".

O presidente do Supremo também ressaltou que a Petrobrás encontra-se em processo de recuperação financeira, "com endividamento correspondente ao valor de R\$ 291,83 bilhões, não sendo prudente, nesta fase do processo, manter a decisão cautelar cujos efeitos aprofundarão ainda mais o quadro econômico-financeiro da empresa estatal".

Devastação. Na avaliação do PT, o objetivo do decreto é permitir que o governo "possa prosseguir com sua política de devastação da Petrobrás sem ser incomodado pela Justiça Federal" e "legalizar o plano de desinvestimentos da Petrobrás, eliminando os questionamentos judiciais que aquele plano vem sofrendo".

Em sua decisão, Marco Aurélio Mello observou que cabia ao Congresso Nacional, e não ao Executivo, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação em sociedades de economia.

Com a volta da vigência do decreto, a Petrobrás está mais protegida de processos judiciais que questionam seu programa de venda de ativos de exploração e produção de petróleo e gás. A medida garante à estatal os mesmos direitos concedidos às empresas privadas de livre competição na venda dos ativos e também na compra de equipamentos para projetos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 13/01/2019****Seção: Metrópole****Autor: Juliana Diógenes Enviada Especial / Fortaleza****Título: Rotina de medo marca início do ano em Fortaleza**

Capital do Ceará tem vandalismo, toque de recolher e ameaças a comerciantes; ontem, torre de transmissão de energia foi derrubada

O início de 2019 tem sido de violência nas ruas de Fortaleza e no interior do Ceará. Em menos de duas semanas, já foram cerca de 200 ataques a prédios, viadutos e veículos, em pelo menos 43 dos 184 municípios do Estado. Ontem, criminosos atacaram uma torre de transmissão de energia elétrica e a polícia apreendeu 5 toneladas de explosivos. No total, 330 suspeitos, incluindo adolescentes, foram detidos pelos crimes.

A onda de vandalismo é liderada por facções criminosas, insatisfeitas com medidas de endurecimento do sistema penitenciário local. O aumento do rigor nas prisões é defendido pelo governador Camilo Santana (PT), que ordenou até a retirada de tomadas elétricas nas celas, para evitar o uso de celulares.

Para conter o vandalismo, mais policiais foram levados às ruas. Houve até escolta da PM para garantir serviços essenciais, como o transporte público e a coleta de lixo. **Na madrugada de ontem, criminosos derrubaram uma torre de transmissão de energia elétrica no Anel Viário em Maracanaú, na região metropolitana. Houve relatos de oscilação de energia na área, o que a Enel Distribuição Ceará nega. Na capital, a polícia encontrou 5 toneladas de explosivos, prendeu cinco suspeitos e deteve um adolescente.**

Força Nacional. Com a gravidade da crise, o Estado recorreu ao ministro da Justiça e Segurança, Sérgio Moro, que enviou mais de 400 agentes da Força Nacional. A chegada da tropa federal, na semana passada, reduziu o número de ocorrências, mas ainda não conseguiu acabar com elas.

A rotina da quinta cidade mais populosa do País, com 2,6 milhões de habitantes, é de medo, como contam as pessoas ouvidas na semana passada pelo Estado (mais informações nesta página). Comerciantes da periferia de Fortaleza receberam ordens de fechar as portas mais cedo.

A circulação dos ônibus da cidade foi afetada, com corte de até 30% da frota. Estudantes e trabalhadores que têm atividades nos municípios vizinhos precisaram se reorganizar para garantir a própria segurança.

Mas não foram só os moradores que tiveram de se adaptar. Por ano, o Estado recebe 3 milhões de turistas, muitos de fora do País. Há visitantes que, com a viagem planejada há tempos, decidiram manter o passeio. Mas evitam sair à noite ou circular de ônibus e não se afastam da orla da Beira-Mar, o cartão-postal da cidade.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/01/2019

Seção: Política

Autor: Política

Título: Traficantes causam apagão

Uma torre de transmissão de energia elétrica foi derrubada por traficantes em Maracanaú, na região metropolitana de Fortaleza, na madrugada de ontem. Houve relatos de oscilação e queda de energia em municípios da Grande Fortaleza, como Maracanaú e Maranguape. Em Fortaleza, uma concessionária na Avenida Washington Soares foi atingida por um artefato explosivo.

Fios de alta-tensão da torre de 500 KV, da empresa Sistema de Transmissão Nordeste (STN), ficaram espalhados na rodovia que conecta Fortaleza a municípios da região metropolitana. A polícia esteve no local ainda durante a madrugada. Não há registros de feridos nas ocorrências. A série de ataques violentos no Ceará chegou ao 11º dia. O número de suspeitos capturados por envolvimento com os atentados chegou a 330, entre adultos e adolescentes, segundo balanço atualizado nesta manhã pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS). No Twitter, o presidente Jair Bolsonaro citou o episódio. Ele afirmou que o **Ministério de Minas e Energia** providenciou o restabelecimento elétrico em 24h. "Com a garantia jurídica e tipificação desses atos em terrorismo, venceremos essa guerra."

O ataque na concessionária ocorreu por volta das 5 horas de ontem. A explosão causou danos em parte do estabelecimento e em alguns veículos. Procurada, a empresa não quis se manifestar. A Enel Distribuição Ceará, empresa responsável pela distribuição de energia elétrica do Estado, informa que, desde o início da onda de violência, a operação da empresa e o número de equipes nas ruas foram reduzidos "por motivo de segurança". "Nos últimos dias, retomamos todos os serviços da companhia, porém nossas equipes estão evitando atuar em locais que apresentem risco à segurança de nossos colaboradores. Em alguns lugares, os serviços estão sendo realizados com apoio da Polícia Militar", informa o site da empresa.

A Assembleia Legislativa do Ceará deve votar um pacote de medidas anunciadas ontem pelo governador Camilo Santana, como a convocação de policiais da

reserva; aumento na quantidade de horas extras que podem ser pagas a policiais civis e militares, além dos bombeiros, e a criação da lei da recompensa, que prevê pagamento em dinheiro pelo Estado por informações da população que resultem na prevenção de atos criminosos e prisões.

147

atentados

Foram presos mais de 330 suspeitos; 38 traficantes já foram transferidos para presídios federais

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/01/2019

Seção: Política

Autor:

Título: Petrobras livre para vender ativos

Em uma vitória para a Petrobras, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, decidiu derrubar uma decisão do ministro Marco Aurélio Mello que, na prática, comprometia a venda de ativos pela petroleira. Com a decisão de Toffoli, volta a vigorar o Decreto nº 9.355, de 2018, que permite que a estatal venda, por exemplo, blocos de petróleo para outras empresas sem necessidade de fazer licitação.

Na decisão, Toffoli destacou um “gravíssimo comprometimento” das atividades do setor do petróleo com a manutenção da determinação de Marco Aurélio, que havia suspenso o decreto sobre a Petrobras em decisão monocrática (individual) em 19 de dezembro. Esta é a terceira vez nos últimos 30 dias em que Toffoli derruba uma decisão de Marco Aurélio.

Antes, o presidente do Supremo havia suspenso a decisão do ministro que vedava a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância — o que poderia abrir caminho para a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso e condenado no âmbito da Operação Lava-Jato. Toffoli também determinou que a votação para a eleição do novo presidente do Senado seja fechada, e não aberta, como havia decidido Marco Aurélio.

Decreto

A decisão de Toffoli que restaura a vigência do decreto sobre a Petrobras vale até 27 de fevereiro, quando o plenário do Supremo vai analisar uma ação do Partido dos Trabalhadores que contesta a medida. Na ocasião, os ministros do tribunal vão decidir se confirmam ou não a validade do decreto.

“A decisão monocrática que suspendeu os efeitos do Decreto nº 9.355, de 25 de abril de 2018, inibe a formação de eventuais joint ventures (modelo estratégico de parceria comercial), uma vez que os agentes econômicos não se submeterão às externalidades negativas decorrentes das delongas próprias dos procedimentos mais rígidos e solenes de contratação, em marcante descompasso com a dinâmica e complexa realidade do mercado internacional do petróleo”, observou o presidente do STF na decisão, assinada na última sexta-feira.

Para Toffoli, a atuação em parcerias permite “que a empresa estatal exerça o papel de operadora de consórcios de exploração e produção nos contratos a serem celebrados, assim como nas avenças em vigência, podendo, nessa condição, entre outras vantagens competitivas, desenvolver expertise e assumir a condução de investimentos de elevada envergadura no setor petrolífero, exercendo a prerrogativa de ditar a forma e o momento de aplicação de recursos”.

O presidente do Supremo também ressaltou que a Petrobras se encontra em processo de recuperação financeira, “com endividamento correspondente a R\$ 291,83 bilhões, não sendo prudente, nesta fase do processo, manter a decisão cautelar cujos efeitos aprofundarão ainda mais o quadro econômico-financeiro da empresa estatal”. Em sua decisão, Marco Aurélio observou que cabia ao Congresso Nacional, e não ao Executivo, legislar sobre normas gerais de licitação e contratação em sociedades de economia mista.

Almoço com generais

Embora na agenda divulgada pela Secretaria Especial de Comunicação Social, não houvesse compromisso previsto para o fim de semana, o presidente da República, Jair Bolsonaro, almoçou, no Clube do Exército, em Brasília, com generais. Foi o encontro da “turma de 77”, referência aos oficiais graduados em 1977 na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), em Resende (RJ). Bolsonaro é do mesmo ano do novo comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, que organizou o evento. Os dois conversaram em uma área reservada, o salão verde. Também estavam presentes o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, Augusto Heleno, general da reserva do Exército, outros oficiais e familiares de Pujol. Ontem, o presidente esteve nesse mesmo clube, quando o general Eduardo Villas Bôas, que agora fará parte da equipe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, passou o cargo de comandante a Pujol.

MME / ASCOM .